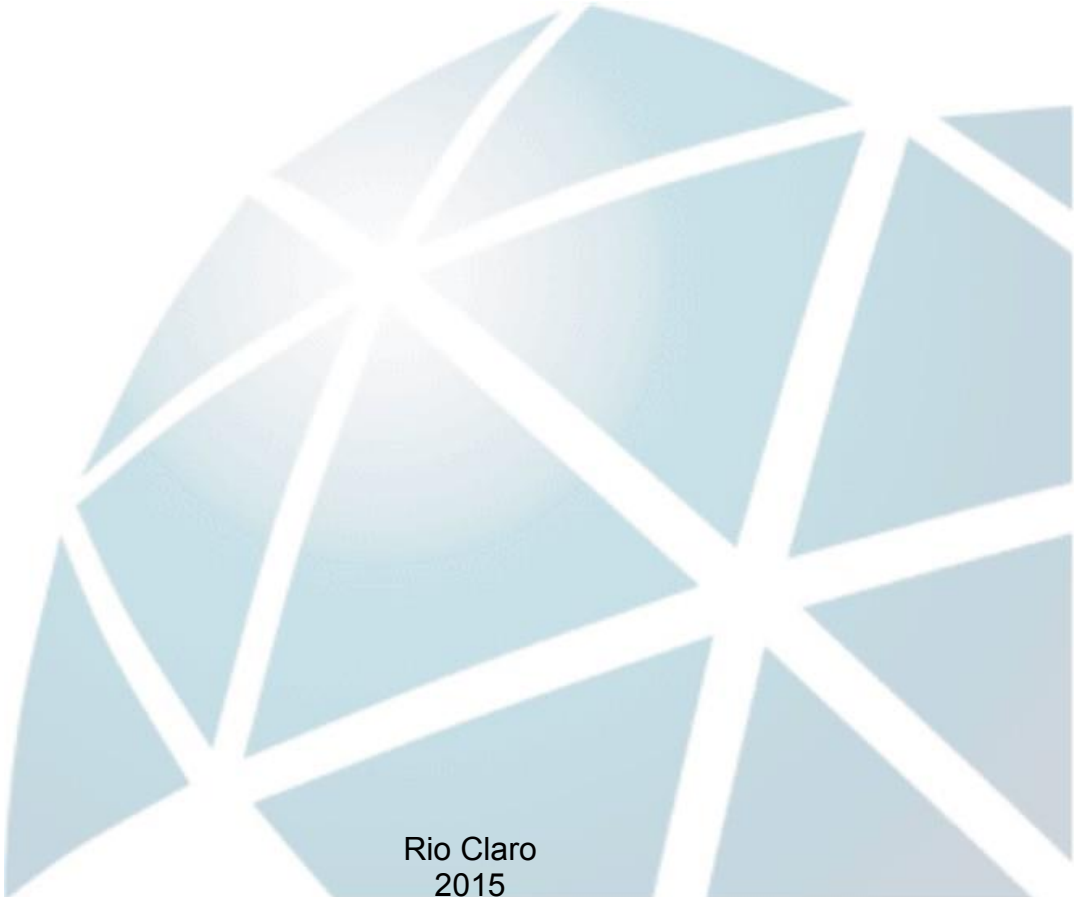

ECOLOGIA

AUDREI ALVES OLIVEIRA

**ECOLOGIA, CONSUMO E
SUSTENTABILIDADE**



Rio Claro
2015

AUDREI ALVES OLIVEIRA

ECOLOGIA, CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

Orientador: Prof.º Dr. ROMUALDO DIAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro

2015

574.5
O48e Oliveira, Audrei Alves
Ecologia, consumo e sustentabilidade / Audrei Alves
Oliveira. - Rio Claro, 2015
37 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade
Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Romualdo Dias

1. Ecologia. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Sociedade
de consumo. 4. Exploração da natureza. I. Título.

*“Na vida, não existe nada a temer,
apenas a ser compreendido”*

Marie Curie

AGRADECIMENTOS

À minha amada mãe Marcia por ter me dado a oportunidade de realizar este sonho, pelo amor, carinho e principalmente pela paciência. Aos meus irmãos Vagner e Marcio por sempre me ajudarem e sempre estarem ao meu lado. Aos meus familiares que sempre me apoiaram.

Ao Prof. Dr. Romualdo por toda a compreensão e orientação.

Aos meus amigos Ricardo, Renata, Thata, Celso, Sara, Beto, Raul, Brunão, Rogério, Rebeca que me aguentam por tanto tempo. Agradeço enormemente à minha amiga Priscila, que me deu MUITA força para terminar este trabalho.

À minha sala e pequena grande família, Ecologia 2009, por todos os maravilhosos momentos que passamos juntos durante nossa estadia em Rio Claro. Já estou sentindo falta de todos vocês! Agradeço principalmente aos meus queridos amantes Dani e Hugo que levarei para sempre comigo, e à Déa, gata maravilhosa, que sinto tanta falta. Ao quase ecólogo Jonathan pela amizade e pelas aulas de Kung Fu.

À Moradia da UNESP por ter me acolhido tão bem, ao Abbul, Juliana e Rodolfo por estarem ao meu lado. Agradeço à Casa 3, Bruno, Cacau, Harry, Diego, Aline, Estela, Ana Leidy, Adriele, Valeska, Nuno, et al, por todas as brigas e confusões, e também por todas as alegrias. Em especial, agradeço aos meus caros amigos José Renato e Alisson Henrique que sempre estiveram comigo, que eu jamais esquecerei. LESLENNNN, agradeço o presente que você é em minha vida. Apesar da distância estarei sempre ao teu lado. Welinton, agradeço por você sempre ter estado no lugar certo na hora certa me ajudando. Niltinho, obrigado pela amizade, pelas conversas e pelos conselhos.

Às minhas amoras Jéssica e Mayara e ao meu amigo Filipe por darem mais cor à minha vida. Obrigada por todas as aventuras que vivemos e iremos viver.

Às minhas queridas Biólogas Suzete e Paulina pelo apoio, amizade e pelo aprendizado sobre o mundo das borboletas. Sem a ajuda de vocês não poderia ter encerrado este ciclo.

Agradeço às minhas professoras e aos meus professores Zezé, Miltinho, Tadeu, Fowler, Tavares, Beto, Piso, Maria Inez, Massa, Amorozo, Tadeu, David, Adriano, Magno, Amstalden, Marcelo, Rose, Pizano, Clauciana, Adler, Bernadete, Schlittler e Giuseppe por me ajudarem a desenvolver uma nova perspectiva sobre o mundo.

À todas a mulheres que lutaram para que eu pudesse ter direto à Educação.

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir.

Mas nós conseguiremos (...)”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O Desenvolvimento Sustentável tem sido pauta de diversos encontros globais que tentam solucionar as crises ambientais que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre os impasses identificados na concepção de Desenvolvimento Sustentável e o modelo de desenvolvimento econômico capitalista tal como está configurado pelos princípios do neoliberalismo. Partimos da hipótese da inviabilidade do Desenvolvimento Sustentável em um sistema capitalista neoliberal. Utilizamos como metodologia de análise a cartografia, por meio da qual desenhamos as paisagens emergentes na dinâmica do poder ao indicar os limites do modelo de desenvolvimento econômico. Contrapomos as deficiências do modelo de desenvolvimento econômico com as premissas do que poderiam caracterizar o Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvemos algumas reflexões acerca da sociedade de consumo e seus impactos na natureza. Apresenta-se as linhas de pensamento ecológico que discutem as maneiras de solucionar os problemas ambientais. Exercícios educacionais podem ser usados para a formação do compromisso de cada sujeito com a construção da comunidade. Refletir apenas nas contradições sociais não resolverá completamente a pressão exercida sobre os recursos naturais. A natureza não pode ser vista como um simples objeto estático que só se realiza a partir do trabalho humano, sua dinâmica deve ser considerada em sua totalidade. A sociedade não pode continuar a desenvolver meios de produção que aumentam a exploração da natureza. Uma nova estrutura social deve ser pensada, indo além das concepções marxistas e naturalistas, que promova justiça social e ambiental.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Consumo. Sociedade de Consumo. Exploração da Natureza.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O REGIME DA ACUMULAÇÃO	11
2.1 A Paixão pela Exploração	12
2.2 A Visão Neoliberal da Natureza	13
2.3 A Solução para Todos os Males	14
3. A DITADURA DO CONSUMO – <i>CARPE DIEM</i>	17
3.1. Sociedade do Consumo	18
4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	22
4.1. O Mercado Ecológico e a Quantificação da Natureza	26
5. OS PENSAMENTOS ECOLÓGICOS E A COMUNIDADE.....	29
5.1. Harmonia com a Natureza: Algumas Alternativas para a Comunidade	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o futuro do meio natural tem início a partir dos danos causados pelo modelo de sistema econômico ao qual estamos inseridos, o capitalismo neoliberal. Mas alguns pesquisadores, tal como, Thomas Malthus, acreditam que é o crescimento populacional que atua na degradação do meio ambiente. O aumento da população dos países subdesenvolvidos provocaria a escassez dos recursos naturais, além do agravamento da pobreza e do desemprego. Porém, tal teoria não prevê o incremento do poder de consumo de bens e serviços das cidades mais urbanizadas, e a conseqüente exploração de recursos naturais dos países em desenvolvimento pelos mais desenvolvidos. A pressão exercida pela lógica do sistema capitalista é ignorada, sendo a questão de produção de alimentos e a densidade populacional o foco das discussões.

A questão ambiental tem movimentado o meio científico, tanto no ramo da ecologia como no ramo da economia, devido aos impactos que as atividades antrópicas estão causando ao meio ambiente, tais como, a perda de espécies, habitats e recursos essenciais à vida humana, como por exemplo, a água potável. Nos últimos cinquenta anos tal preocupação obrigou os políticos a instaurarem reuniões globais. Na década de 1970 as principais conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente começaram a ocorrer. Em 1972 ocorreu a primeira, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo.

Posteriormente realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD ou ECO-92), sediada no Rio de Janeiro, no ano de 1992. A Declaração do Rio, elaborada durante a conferência, ratifica a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais; introduz outros princípios como o direito intergeracional, as premissas da precaução e da prevenção, os princípios do poluidor-pagador e das responsabilidades comuns, mas que consideram as realidades de cada povo; e estabelece a eliminação dos modos insustentáveis de produção e consumo, o escambo de conhecimentos e tecnologias.

Em 1997 sucedeu uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU (a Rio+5) destinada a avaliar os resultados da implantação da Agenda 21. O fruto foi um documento que propôs o emprego de metas relacionadas a diminuição das emissões de gases do efeito estufa. Em 2002, na cidade de Joanesburgo, ocorreu a

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), O evento foi realizado por ocasião do 30º aniversário da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), e também para averiguar o andamento das metas estabelecidas na ECO-92. O resultado foi a Declaração Política e no Plano de Implementação do Desenvolvimento Sustentável. Algumas das metas definidas no plano são: reduzir o decréscimo da biodiversidade até 2010; aviltar em 50% a população em estado de pobreza extrema até 2015; diminuir a população sem acesso ao saneamento e à água potável pela metade até 2015.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, trata-se do mais recente encontro dos líderes políticos de todos os países envolvidos na execução dos tratados ambientais globais. Os Chefes de Estado e Governo deveriam expor seus resultados sobre as metas que já deveriam ter sido finalizadas, e demonstrar progressos nas metas com limite posterior. Foi exposta a situação econômica, social e ambiental contemporânea dos países, os avanços alcançados para mitigação dos problemas socioambientais e realizou-se um debate para propor novas estratégias e metas para diminuir drasticamente os problemas ambientais e sociais que ainda assolam a sociedade e a natureza.

Para dar início a RIO+20 um documento zero foi elaborado, intitulado “O FUTURO QUE QUEREMOS”, um resumo que fundamentou as discussões. Primeiramente os membros declararam que não conseguiram alcançar completamente as metas previstas, mas que obtiveram alguns avanços na retirada de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza, e solucionaram alguns impasses ambientais. Contudo, houveram diversos retrocessos impostos, principalmente, por crises econômicas.

A ideia principal do documento zero para resolução de diversas questões é aplicação da Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável, princípio desenvolvido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. As principais estratégias são melhorar a tecnologia e promover o incremento das capacidades e a fomentação científica, todos tendo como critério a ideologia da sustentabilidade. A principal determinação da conferência foi a urgente necessidade de erradicar todas as formas de pobreza, pois somente por meio desta pode-se alcançar uma sociedade justa e sustentável.

Para Boff (2012) a sustentabilidade pode ser definida como *“toda ação*

destinada a manter as condições energéticas, informacionais e físico-químicas que sustentam todos os seres (...)”. Contudo os capitalistas a compreendem como a forma de manter a continuidade e reprodução do sistema capitalista neoliberal, ou seja, das instituições, empresas e de outras estruturas, sem a necessidade de modificar sua lógica interna, e ainda permitir ocultar seus impactos que sobre todos os tipos de serviços ecossistêmicos.

Em 1987, a Sr. ^a Gro Harlem Brundtland em conjunto com outros relatores, publicou o Relatório Brundtland, o documento que apresenta a principal definição do que deve ser compreendido como desenvolvimento sustentável, e delimita que a sustentabilidade deve ser alcançada ao nível global que se atinja um desenvolvimento econômico e social.

Os Chefes de Estado e Governos, no ano de 2015, se comprometem em: eliminar, globalmente a pobreza e a fome; combater as desigualdades dentro dos países; construir sociedades igualitárias; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero; e assegurar a proteção contínua do planeta e seus recursos naturais. E pretendem criar condições para um crescimento sustentável, a prosperidade comum e trabalho digno para todos os seres humanos (TRANSFORMING OUR WORLD: THE 2030 AGENDA FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2015).

Apesar de todos os planos dos governantes, convém enfatizar que existe apenas um modelo de desenvolvimento que os todos países são incitados a seguir: o modelo neoliberal. Dito isto, o que determina, no presente e no futuro próximo, a situação da degradação ambiental são: “(...) os padrões de produção e consumo característicos da industrialização e do desenvolvimento, tal como conhecemos” (MARTINE, 1996). A cada ano os recursos que poderiam ser utilizados pelo homem durante o mesmo para satisfazer suas “necessidades” se esgotam mais cedo, ou seja, a humanidade consome todos os recursos naturais disponíveis para o ano inteiro em menores períodos. Em 2015, o Dia da Sobrecarga da Terra foi alcançado na primeira quinzena do mês de agosto. A data serve para avaliar como a demanda anual sobre a natureza ultrapassa o que o planeta pode regenerar durante um ano.

As ideologias que fundamentam o padrão consumo se modificaram e se somaram ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ideias como felicidade, satisfação, insatisfação, desejo, aceitação social e ascensão social, foram debatidas por diversos autores.

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações entre os impasses identificados no documento e o modelo de desenvolvimento econômico capitalista tal como está configurado pelos princípios do neoliberalismo. Utilizamos como metodologia de análise a cartografia, por meio da qual desenhamos as paisagens emergentes na dinâmica do poder ao indicar os limites do modelo de desenvolvimento econômico.

“Todavia, esperamos não subestimar outra vez o conservadorismo das elites políticas, os efeitos esmagadores da expansão planetária da ideologia neoliberal, a intransigência dos países industrializados no cumprimento de acordos firmados, a diversidade de representações sobre os condicionantes da crise, as incertezas e controvérsias científicas, a fragmentação institucional, e a descontinuidade na implementação de políticas e programas governamentais em nosso País, a complexidade envolvida na organização e na gestão de equipes interdisciplinares e, finalmente, o *timing* geralmente lento das mudanças de percepção, atitude e padrões de consumo.” (IGNACY, 2007, p.21).

2 O REGIME DA ACUMULAÇÃO

Segundo Marx (1999), o regime capitalista possui um caráter antagônico inerente, expressado na incoerência existente entre as forças e as relações de produção, que não se alteram do mesmo modo ao longo do tempo; e na progressão das riquezas, para poucos, e a miséria que cresce abruptamente para a maioria da população. O crescimento dos meios de produção se revela por um duplo processo de proletarização e pauperização, ao invés de se traduzir pela melhoria de vida dos operários, o que indica a face contraditória do capital (ARON, 2007).

A constante transformação dos instrumentos de produção é requisito essencial para a existência da burguesia, e acarreta a transformação do conjunto de condições sociais e, principalmente, das condições ambientais:

“A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e a agricultura [...] a exploração de continentes inteiros, [...]” (MARX & ENGELS, 1999, p. 15).

O empenho numa concorrência inexplicável, não pode deixar de aumentar os meios de produção (ARON, 2007). Os empresários e produtores desenvolvem tecnologias e capacidades para otimizar sua produtividade, justificando-se na busca pelo desenvolvimento. Contudo, a realidade delata a causa real: a procura incessante do aumento da acumulação de capital.

A inovação tecnológica consegue maximizar todo o ciclo de produção fazendo com que se produza mais em menor tempo, aumentando o giro da produção, a produtividade, e o lucro, comprimindo o tempo e o espaço. A desintegração vertical das empresas, criada pela construção de diversas sedes ao redor do mundo, em diferentes ambientes, lhes fornece ‘privilégios’, tais como, grande segmento de mão de obra barata (em muitos casos, escrava), poucas leis trabalhistas e ambientais, fontes de matéria-prima próximas ao local de produção, etc. Tais fatores auxiliam no corte de despesas em diferentes âmbitos, além de proporcionarem o aumento no rendimento dos capitalistas (HARVEY, 1994). A tecnologia e a

organização promovem a produtividade do trabalho, já o investimento fica reservado para as próprias empresas. A acumulação aumenta seu poder no modo de produção capitalista. Este por sua vez, é muito dinâmico e inevitavelmente expansível, capaz de instituir uma força capaz de reformular o mundo em que vivemos (HARVEY, 2006).

2.1 A Paixão pela Exploração

O capital é o processo circulatório que tem início no dinheiro, passa pela mercadoria, e retorna ao dinheiro, mas com um relevante acréscimo nesta última etapa, ou seja, ao final se possui mais dinheiro do que no ponto de partida. A verdade absoluta concebida pelo sistema econômico vigente é o dinheiro.

A essência do regime capitalista é a obtenção do lucro, e para alcançá-lo tal regime se assenta na exploração, seja ela de trabalho humano ou natural. E na propriedade privada dos instrumentos de produção. Por meio da teoria da mais-valia, Marx (1999) explica como o trabalho humano é explorado no sistema econômico capitalista na era da industrialização. É demonstrado que tudo se troca pelo seu valor e que, no entanto, existe uma fonte de lucro, o valor do trabalho não pago. Dois são os processos fundamentais para aumentar a mais valia, ou a taxa de exploração: o alongamento da duração da jornada de trabalho e a redução do tempo de trabalho necessário para gerar a mesma quantidade de produto de outrora, (este por sua vez só é possível com o aumento da produtividade). Isto pode ser traduzido como a produção de um valor igual ao salário em um número de horas menor.

A alienação é um dos mecanismos usados para subjugar o trabalhador, uma vez que priva o mesmo da consciência sobre o mundo que está inserido. A sua propensão de reconhecer a riqueza que gera aos capitalistas é extorquida. O proletário não percebe sua ausência de posse sobre os meios de produção e sobre os produtos finais. Segundo Marx (1999), o proletário não é dono do seu trabalho, pois o vende a outrem, possui a incapacidade de se reconhecer no próprio labor, pois não pertence a si, portanto, tanto o trabalho como o sujeito são alienados. O sujeito alienado não é capaz de perceber a exploração que sofre diariamente.

A natureza por sua vez é *dominada*, sujeitada a 'superioridade' humana, que por meio da propriedade privada materializa seu poder. O meio ambiente é explorado exaustivamente pelo sistema capitalista, denegrado pela supremacia do

homem sobre a natureza, como se este não estivesse inserido em sua totalidade, mas como se fosse proprietário, seja por uma ordem divina ou simples ideologia de ter o poder de transformá-la.

Marx escreveu: *“toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”* (1999, p. 113). A subjugação da natureza é apropriação pura e simples do capital natural, não gera dívidas ou despesas, e não possui um dono verdadeiro. Ela não retorna nem fornece nada à natureza, somente à sociedade humana. *“A ideia que se apresenta por si mesma é essa: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas [...]”* (ibidem, 1999, p.112).

Na exploração da natureza chega-se ao impasse, o capital natural sofre um aviltamento acelerado e intenso, sem freios; enquanto a produção não pode cessar, apesar da escassez de recursos, porque os capitalistas não podem desistir de seu lucro. Assim, precisam pensar um meio de solucionar a carência de matéria-prima.

A alienação é a verdade global que vivemos, a falta de percepção, por parte da população sobre todo o capital humano e natural envolvido no processo de fabricação das mercadorias, a privação sobre realidade a qual pertence, permitem aos capitalistas moldarem uma nova noção de realidade, imposta através de todos os meios de comunicação. Omitem da população os problemas ambientais e seus reais culpados, contornado assim, os seus deveres sobre as formas de resolução de tais problemas.

Apesar de todo o posicionamento sobre o trabalho humano, não se pode esquecer que sem a natureza o trabalho não pode gerar nada.

2.2 A Visão Neoliberal da Natureza

Os economistas clássicos, como Smith e Malthus (1776-1870), acreditavam que o ambiente determinava o limite de expansão da atividade econômica e da população humana, alcançado o limite, não seria mais possível produzir bens para uma população tão vasta, pois os recursos se esgotariam; além disso, para Smith, em um longo período se atingiriam salários que decresceriam ao limite de subsistência. Tal hipótese não considerava o progresso do desenvolvimento tecnológico da sociedade atual, que reestruturou o modelo de produção.

Para os economistas neoclássicos, tais como, Jevons, Menger e Walras (1870 – atualmente), a atividade econômica é o resultado da interação entre procura e oferta, expressa por indivíduos racionais. A mesma possui um crescimento ilimitado, ao contrário do que acreditam os economistas clássicos, sendo necessário a constante expansão do processo de produção para seu funcionamento pleno. Porém, novamente, ignoram a relação de interdependência entre homem e ambiente.

O sistema econômico vigente, o capitalismo neoliberal, a princípio, não concebia a natureza como algo pertencente a ele, uma vez que, ao contrário do liberalismo clássico, ela não poderia impor limites ao seu crescimento:

“A economia-ciência tradicional, com efeito, não considera quaisquer conexões que possam existir entre o sistema ecológico e as atividades de produzir e consumir que representam o cerne de qualquer sistema econômico (economia-atividade). O modelo econômico típico não contempla a moldura ou restrições ambientais. Cuida de focalizar tão somente fluxos e variáveis do domínio econômico [...]” (CAVALCANTI, 2010, p. 53).

Somente após grandes problemas ambientais causarem impactos no sistema econômico, como, por exemplo, escassez de matéria-prima, os economistas neoliberais começaram a dedicar-se mais efetivamente aos papéis exercidos pelo meio ambiente. Contudo, foi integrado ao conjunto econômico como uma externalidade:

“Ele pode tudo. É autossuficiente. Sua expansão não envolve custos de oportunidade. Ou seja, não há trocas ou desgastes decorrentes de mais economia que precise destruir recursos, seja para extração, seja para despejo do lixo em que irremediavelmente termina o processo econômico.” (Ibidem, 2010, p 54)

2.3 A Solução para Todos os Males

O capital pressupõe que: existem mecanismos de aumento da oferta de força de trabalho (reserva para ajudar na expansão produção, com imigrantes, donas de

casas, desempregados, empregos não legalizados, e aumento populacional); meios de produção que possibilitem a expansão da produção e infraestrutura; e a absorção pela sociedade dos bens produzidos. Porém, em cada item citado, o processo de acumulação encontra uma barreira que poderá proporcionar crises, endêmicas ao processo de acumulação capitalista. Tais crises periódicas aparecem, impetuosamente, no capitalismo competitivo, devido ao processo de crescimento econômico ser também um processo de contradições internas. Estas auxiliam o desenvolvimento da acumulação, que adquire uma feição nova e elevada, e impõe ordem e racionalidade ao sistema (HARVEY, 2006).

Segundo o pensamento marxista, existe uma dialética entre produção e consumo, sendo uma integrante essencial da outra. Sendo assim, as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar nas fases de produção, consumo, circulação e de produção de valor.

O regime capitalista necessita de um mercado que supra as condições para a obtenção de lucro, ou seja, que absorva a crescente fabricação de mercadorias, através de uma demanda efetiva (HARVEY, 2006). Por conseguinte, a acumulação capitalista é “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda, parte.” (MARX & ENGELS, 1999, p. 12).

As mercadorias, em seu volume e valor, aumentam a cada dia no mercado, enquanto isso, a mão de obra é trocada por máquinas (patrimônio que pode ser trocado, além de ser isento de benefícios trabalhistas), aumentando o desemprego que, unido a diminuição salarial, rebaixa o poder aquisitivo das massas, gerando a (s) crise(s) de superacumulação (RIFKIN, 1996) ou superprodução (BAUDRILLARD, 1995). Os tempos de crise são aqueles em que os limites do mercado, como a ausência de uma demanda efetiva, não são considerados (MARX, 1999). O desemprego e subemprego crônicos, o excedente de capital, a falta de oportunidades de investimentos, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado, a superacumulação de mercadorias, etc., são manifestações das depressões do sistema (HARVEY, 2006).

Uma das alternativas para superar a crise do desemprego é a diminuição salarial para poder incitar a contratação de trabalhadores, e alterar o número de pessoas aptas ao consumo, contudo, poder aquisitivo da maioria da população continua reduzido, devido aos salários medíocres. A baixa nos preços dos produtos

é outra solução aumentar o consumo, e tende a gerar outro aumento na produção para poder liberar mais mercadorias para uma nova demanda. É diante deste ciclo viciante que o capital pode sucumbir.

A sociedade capitalista já vivenciou diversos momentos de padrões de consumo, a mais atual parte da crise econômica de 1929. No momento em que os economistas do começo do século XX perceberam que não se poderia lucrar tendo com o consumo de coisas luxuosas com as classes mais abastadas, e que as mercadorias produzidas, após a troca de trabalhadores por máquinas, eram em tamanha quantidade e não estavam sendo compradas, pois o povo menos abastado não desejava consumir coisas além do que, na época, acreditava ser necessário, porém os empresários e produtores necessitavam escoar toda a mercadoria *congelada* em estoque (RIFKIN, 1996). Na tentativa de produzir uma demanda efetiva, tornou-se necessário incentivar a população a consumir cada vez mais, então elaboram-se maneiras inovadoras, para época, de moldar a psicologia das classes mais baixas. Surge um novo modelo de *necessidades*, que se desenvolvem no âmbito de geração de status, ascensão social, etc., ou seja, o emprego de signos, de espetáculo. O emprego da pura e simples alienação, que outrora pairava apenas nas camadas mais elevadas das sociedades capitalista mais antigas, e agora se apresenta perante toda a massa.

3 A DITADURA DO CONSUMO - *CARPE DIEM*

A palavra consumir tem origem do latim, *consumere*, que significa comer, desgastar, desperdiçar, esgotar. Para os economistas neoliberais o consumo consiste na utilização de bens e serviços por parte dos indivíduos para satisfazer suas necessidades e desejos. Ao final do processo de consumo, a utilidade e integridade dos objetos são destruídos. Portanto, a destruição e o desperdício de mercadorias, por parte dos indivíduos, constituem processos fundamentais para a sociedade capitalista, pois permite ‘perpetuar’ a produção de bens e serviços, para garantir a satisfação do consumidor (BAUDRILLARD, 1995).

Contudo, o consumo, como desgaste e esgotamento da natureza começa antes mesmo da utilização de mercadorias prontas para consumo humano:

“A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. [Primeiro]: o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados, e gastos, parte dos quais (como na combustão, por exemplo) dissolve-se de novo nos elementos universais. Também se consome a matéria-prima, a qual não conserva sua figura e constituição naturais, e esta, ao contrário é consumida. O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo” (MARX, 1999, p: 115).

Para a constante produção e consumo de mercadorias, que permitem o êxito da acumulação capitalista, se faz necessário, segundo Marx (1999), a fetichização das mercadorias, ou seja, a criação de uma ideologia sobre os objetos, que ultrapassa sua real função, e possibilite ao indivíduo, no ato de consumidor, alcançar seus objetivos ideológicos, moldados a partir de uma realidade abstrata, de simulacros. O ato de consumir assume um papel importante, pois fortifica o sistema capitalista:

“O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. [...] O

consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade” (MARX,1999, p. 116).

3.1 *Sociedade do Consumo*

Todas as sociedades modificaram e consumiram a natureza a sua volta sempre além do necessário para sua sobrevivência, a razão disto é que no consumo do excedente e do supérfluo que se concretiza o viver no indivíduo e da sociedade, é nele que se realiza o *ser* (BAUDRILLARD, 1995).A sociedade atual demonstra marcada tendência pelo consumo de objetos, tangíveis ou não, que, junto com, satisfazer necessidades primárias ou secundárias, conferem outras aparentes qualidades aos indivíduos que os possuem (CORTEZ et al., 2007).

O padrão de consumo das últimas décadas tem início no processo de fetichização dos objetos e de alienação dos indivíduos, descrito por Marx (1999). A medida que uma população incapaz de exercer o ato de pensar, de refletir, sobre sua realidade, a lógica que se impõe é essa, das significações, dos códigos, dos simulacros e dos sistemas simbólicos. A sociedade é instigada a assimilar e reproduzir símbolos constantemente, e, é neste contexto, que se pode definir a principal qualidade do indivíduo consumidor, o *desconhecimento* (BAUDRILLARD, 1995), que se traduz na recusa da realidade, ou seja, na alienação pura e simples.

Para expandir e maximizar o consumo, e o *ser consumidor*, o capital necessitou criar uma nova visão sobre a realidade, novas crenças e ideologias, e nova dinâmica da sociedade (RIFKIN, 1996; HARVEY, 1994), que deve seguir a nova regra global, viver o tempo das mercadorias e a ordem do consumo, manifestadas pela manipulação dos signos:

“Chegamos ao ponto em que o *consumo* invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o *envolvimento* é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia de consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas, e das relações sociais representa o estágio completo e *consumado* na evolução que vai da

abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo, até à rede de ambiência sistemática inscrita nas cidades futuras que são os *drugstores* [...]” (BAUDRILLARD, 1995, p. 19).

As principais ideologias associadas aos objetos de consumo, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, foram as ideias de status e felicidade. Tanto para Baudrillard (1995), como para Debord (2003), nas últimas décadas os objetos passaram a possuir o poder mágico de realizar desejos sociais abstratos, sendo assim, nunca se consome o objeto em si, no seu valor de uso, ele é manipulado como signo de diferenciação pessoal, que filia o indivíduo a classe social tomada como referência ideal, seja ela sua respectiva classe, ou um grupo de status superior.

A ideologia da felicidade, por sua vez, assume-se como referência absoluta na sociedade de consumo, mas não se apresenta como outrora, além da matéria, ela é transformada e materializada nos objetos, e só pode ser obtida pelo seu consumo, ou seja, só pode ser mensurada através de objetos e signos, “o miraculado do consumo serve de todo um dispositivo de objetos simulacros e de sinais característicos da felicidade, esperando em seguida (no desespero, diria um moralista) que a felicidade ali venha se pousar” (BAUDRILLARD, 1995, p. 21). No consumo a felicidade se apresenta associada ao volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes, isto implica no uso instantâneo e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la (BAUMAN, 2008). Vivemos uma ditadura da felicidade, onde o desejo não deseja satisfação, o desejo deseja o desejo (Ibidem, 2008).

Como produto social, as necessidades e os desejos comportam-se em função das características culturais das diversas comunidades, em momentos históricos determinados. (CORTEZ et al., 2007). Eles são peças fundamentais para entendermos como o consumo consegue permear a vida cotidiana. São neles que os seres humanos encontram a força necessária para buscar sem hesitação a felicidade, e o capital, por sua vez, o motor para o consumismo. A sua imposição no consumo moderno não se opõe a nenhuma necessidade ou desejo autêntico modelado pela sociedade e pela sua história (DEBORD, 2003). O sistema industrial capitalista supõe o crescimento das necessidades, e supõe igualmente o ilimitado

excedente das necessidades em relação a oferta dos bens (BAUDRILLARD, 1995), ou seja, as necessidades e os desejos são criados pelo capital, e são renovados constantemente no mesmo ritmo alucinante em que são satisfeitas. A compreensão do próprio desejo e da própria existência se perde a medida que os símbolos reinantes da necessidade são aceitos e reconhecidos.

Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez, exigem novas necessidades, desejos e mercadorias (BAUMAN, 2008). É neste ciclo eterno que se pousa a insaciável busca da felicidade, regrada pelo consumo generalizado, forma de "garantir" o bem-estar do social.

No início do século XX, instala-se o consumismo em massa, pois com a extrema necessidade de aumentar o consumo, devido aos progressos da abundância, isto é, da disponibilidade de bens e serviços cada vez mais numerosos no mercado, gerados pelo desenvolvimento industrial e do progresso tecnológico. O pensamento da população foi redirecionado para 'o novo evangelho econômico do consumo' (RIFKIN, 1996), formando consumidores que desejam tudo e, ao mesmo tempo são insatisfeitos, seja pela obsolescência programada, seja pelo objeto não transmitir a felicidade esperada, tal efeito torna possível o perpétuo de mercadorias. O marketing assumia primordial importância nos negócios, por meio mecanismos de motivação, orientação e monitoramento de conduta, transmitiu apelos emocionais e de status, criando os simulacros contemporâneos, que ditam a necessidade de aproveitar o presente, sem refletir no futuro, pois é no consumo do agora que se encontra a felicidade

Na sociedade do espetáculo, cujo núcleo original é a alienação, e cujo dever é o consumo desenfreado, o consumidor acredita ser possuidor da liberdade de escolha nas suas condutas, não reconhecendo seus atos como condicionamento de diferenciação e de obediência a um código. Instaura-se o pensamento místico que governa a vida cotidiana, uma mentalidade voltada ao milagre do consumo, determinado pelo olvidamento de todas as etapas que abrangem o processo de produção:

[...] apesar da abundância se tornar cotidiana e banal, continua a viver-se como milagre diário, na medida em que se revela, não como produzida, arrancada e conquistada, no termo de um esforço histórico e social, mas como *dispensada* por uma instância

mitológica benéfica, de que somos os herdeiros legítimos: a Técnica, o Progresso, o Crescimento, etc.” (BAUDRILLARD, 1995, p. 23).

A razão do ato de consumir está ligada a lógica da produção e da manipulação dos SIGNIFICANTES sociais, e não da apropriação individual do valor de uso, dos bens e dos serviços, da salvação, da satisfação, ou mesmo da felicidade.

Nos dias atuais, o crescimento e o desenvolvimento de uma civilização se verifica por meio da abundância, ou seja, o quanto de objetos a sociedade é capaz de produzir, mas é o capital que dita as regras, na busca eterna por lucro, possibilita a produção constante de mais objetos para as *necessidades* humanas, sem que perceba o seu real intuito.

Independente da terminologia usada, sociedade do espetáculo (DEBORD, 2003), sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1995), sociedade do hiperconsumo (LIPOVESTKY, 2007), a característica essencial a ser evidenciada é a capacidade de destruição, que ela, e principalmente seu meio de produção e reprodução, possui. A desvalorização acelerada dos bens de consumo, transforma-os imediatamente em lixo. O esgotamento surge do ritmo acelerado das mudanças, que incitam os desejos a se tornarem vorazes, e conseqüentemente, a espera por uma substituição acelerada. As necessidades são criadas pelo capital, e elas são renovadas incessantemente no mesmo ritmo alucinante em que são satisfeitas. O ciclo de vida dos objetos é encurtado, seguindo o fluxo desenfreado de desejos e satisfações instantâneos. A compressão do tempo atinge a esfera da satisfação, resultando na abreviação da vida dos objetos, concomitantemente com a aceleração da sua transformação em lixo (BAUMAN, 2008).

O modo como institui-se a sociedade contemporânea interfere na forma como nos relacionamos com a natureza. A ordem de consumo, conduzida pelo excesso e desperdício, acarreta prejuízos profundos ao ambiente, impactos ambientais e sociais, como por exemplos a perturbação na saúde humana, e as perdas culturais.

4 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A criação do conceito de desenvolvimento sustentável está vinculada a crescente preocupação que aflorou no século passado sobre a gestão dos recursos naturais para a manutenção, principalmente, da vida humana.

Em 1983, após a retomada das discussões sobre as questões ambientais pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou um documento denominado Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum. Nele está presente a principal e mais abrangente definição de desenvolvimento sustentável: aquele que “[...] atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991). Prevendo a possibilidade de haver diversas interpretações de tal definição, os relatores elucidaram que: “todas elas (as definições) terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua consecução” (ibidem, 1991). Há também uma ressalva sobre o conceito de *necessidades*, que compreende as necessidades primordiais, como alimentação e saúde, e não aspirações supérfluas, derivadas de uma sociedade de hiperconsumo.

Para os relatores a tecnologia e a organização social da atualidade podem impor limites ao desenvolvimento sustentável, porém, se forem gerenciados corretamente podem levar a uma nova era de crescimento econômico. Para concretizar a sustentabilidade, em todo o mundo, é necessário que as políticas que regem o desenvolvimento comecem a considerar transformações no acesso a recursos, distribuição de custos e benefícios, e a equidade social, presente e futura.

Em 1991 a Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIMA) brasileira propôs que a transição para um novo estilo de desenvolvimento pressupõe estratégias bem definidas de transformação de setores produtivos essenciais para economia e o bem-estar da sociedade, processos produtivos mais eficientes deveriam ser implantados, sendo a tecnologia o principal alicerce para permitir a mudança. Além disso, o avanço científico seria de extrema importância, pois permitiria conhecer profundamente os processos ecológicos e facilitaria o monitoramento ambiental.

Com intento de favorecer a evolução do Desenvolvimento Sustentável, os

Chefes de Estado e Governo pretendem aplicar a Economia Verde, compreendida como a estrutura, flexível, que precisa ser considerada nas tomadas de decisões sobre os processos produtivos que devem ser empregados por todos os setores, desde a agricultura a prestação de serviços. A ideia parte da utilização de planos e tecnologias de baixo impacto ambiental que incluem, reduzir o uso de combustíveis fósseis, aumentar eficiência de utilização de recursos naturais, implementar práticas e processos que visam a inclusão social, investir e valorizar a agricultura verde, tratar e reciclar o lixo, e melhorar a qualidade eficiência nos sistemas de mobilidade urbana.

As metas-chave adotadas no encontro RIO+20 e divulgadas em 2015 no documento intitulado “TRANSFORMING OUR WORLD”, compreendem erradicar a pobreza, segurança alimentar, gerenciar os recursos hídricos de forma mais abrangente, permitir o acesso a serviços de energia moderna, construir cidades sustentáveis, melhorar a capacidade de previsão e resposta a desastres ambientais, melhorar a saúde pública, desenvolvimento humano e crescimento sustentado. Tais metas devem ser cumpridas até 2030.

No documento elaborado durante a Assembleia Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio + 20) fica explícito que os países envolvidos conhecem a profundidade dos problemas ambientais e sociais. Contudo, não querem eliminar o seu real causador, apesar de reafirmarem os problemas motivados por ele:

“Nós reconhecemos, entretanto, que também houveram retrocessos devido a múltiplas crises interrelacionadas – financeiras, econômicas e preços voláteis de energia e alimentos. Insegurança alimentar, mudança climática e perda biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas demonstram a gravidade das ameaças que enfrentamos. Desafios novos e emergentes incluem a contínua intensificação de problemas anteriores, requerendo assim respostas mais urgentes. Preocupa-nos profundamente que cerca de 1,4 bilhão de pessoas ainda vive em extrema pobreza e um sexto da população do mundo esteja mal nutrida, com pandemias e epidemias continuando como ameaças onipresentes. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais limitados da Terra e

sobre a capacidade de carga dos ecossistemas. Nosso planeta suporta sete bilhões de pessoas, com expectativa de alcançar nove bilhões até 2050.” (O Futuro que Queremos, 2012).

Os retrocessos citados são, na maioria das vezes, gerados por processos endêmicos ao sistema econômico capitalista, isto é, as crises financeiras, a exploração intensa da natureza e do trabalho humano, proletarianização e pauperização não poderão ser solucionados pelo próprio sistema que os cria. As propostas apresentadas pelos Chefes de Estado e Governo na conferência Rio+20 não possuem a intenção de aniquilar o sistema econômico capitalista neoliberal, mas “pensá-lo de forma mais sustentável”, ou seja, querem introduzir a ideia de que pensar em um desenvolvimento com a finalidade de produzir “para todos” de forma mais eficiente, com menor uso de insumos, poderá minimizar e/ou solucionar problemas socioambientais.

Ao se pensar o desenvolvimento sustentável como a melhoria de tecnologia, dos processos produtivos e da organização humana, o crescimento econômico passa a ser o ponto central de todo o debate. Deve questionar o real papel de tal desenvolvimento sustentável: assegurar o lucro dos capitalistas, ocultado pelo argumento de garantir a permanência da vida humana; ou certificar a manutenção de todo o sistema terrestre, ao qual os seres humanos são parte integrante.

A aplicação do desenvolvimento sustentável expressa apenas outra forma de reprodução do capital, reflete a preocupação de manter o poder da classe dominante e a ordem vigente, propondo apenas um ajuste em sua estrutura que permita a continuidade da acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2005), a consolidação da dominação sobre natureza, vista apenas como objeto estático fonte de recursos, e manutenção da pressão sobre a gestão dos recursos naturais nos países em desenvolvimento.

A demonstração nítida de que as relações capitalistas não condizem com um desenvolvimento sustentável é afirmada pelo fato das tendências intrínsecas ao incremento do lucro capitalista implicarem determinados comportamentos em relação ao meio ambiente. O conjunto de medidas adotado, numa concorrência mercantil, é explorar os recursos naturais e o trabalho humano da forma mais extrema e produtiva possível para otimizar a acumulação do capital.

Os problemas ocasionados pelas contradições sociais originam as diferenças

presentes no acesso e na interação com natureza. Identificar os fatores sociais que promovem as perturbações no meio natural significa dizer que as questões ambientais não podem ser resolvidas apenas com o aperfeiçoamento de técnicas, estas só promoveriam a solução caso o limite físico do meio ambiente fosse o único fator a considerar: “[...] a sociedade humana transita por uma série de conflitos interespecíficos que redirecionam seu comportamento com a natureza, anulando a validade de um limite físico como problema central” (FOLADORI, 2001, p. 123). A contradição mais intensa se apresenta no fato do sistema econômico almejar o crescimento infinito da produção, enquanto as sociedades vivem e se reproduzem em um mundo de recursos naturais finitos.

É de vital importância entender a velocidade de utilização dos recursos, pois o problema não está em apenas consumir recursos que não podem ser repostos, mas sim a forma e velocidade de fabricação e consumo de bens e serviços de uma civilização, que pode condicionar a degradação perpétua da natureza: “[...] tudo indica que o ser humano moderno, com sua tecnologia e volume populacional, é capaz de produzir modificações tão profundas que impeçam os mecanismos de controle do ecossistema de delas dar conta.” (FOLADORI, 2001, p. 136).

A inovação tecnologia originada no espaço neoliberal não fornece soluções para a devastação da biosfera, tampouco para as contradições sociais, ela somente se sobrepõe às últimas. A inovação tecnologia, em vez de permitir o “enriquecimento” da população global, atua como processo de proletarização, pauperização e degradação da natureza. Os níveis atuais de depredação dos recursos naturais só puderam ser alcançados em razão dos novos meios e modelos de produção em larga escala, ou seja, as novas tecnologias e linhas de produção, que sendo parte essencial do sistema neoliberal, permitiram a exploração em grandes proporções do meio ambiente. Mesmo após todos os impasses sociais serem eliminadas em uma sociedade pós-capitalista continuar a utilizar a tecnologia para fabricar tudo massivamente para todos não trará resoluções a problema ambiental. O produtivismo e as necessidades supérfluas devem ser extintas, a fim de sanar o depredamento dos ecossistemas, e permitir uma sociedade livre mais sadia e sustentável.

A sociedade humana, ao longo da história, apropriou de diferentes maneiras os meios naturais, tal fato precisa ser contemplado na análise da crise ambiental atual. Esta dominação permitiu a evolução de grupos e classes diferenciados, e

também delineou o seu relacionamento com a natureza, ou seja, traçou todos os sistemas de subjugação e manipulação da natureza, testemunhados por toda a trajetória humana desde sua aparição. As regras de comportamento estabelecidas em uma sociedade são derivadas e subordinadas às regras presentes em seu interior, entre classes e grupos sociais.

A sociedade do consumo dita as condições de exploração do meio ambiente, isto tem de ser considerado na tomada de decisões, visto que nada adiantará diluir os problemas sociais, e obter uma sociedade justa somente para os seres humanos. É necessário modificar as regras de consumo, regular a exploração, e pensar, não exclusivamente nas gerações humanas futuras, mas no futuro do planeta, como um sistema vivo.

4.1 O Mercado Ecológico e a Quantificação da Natureza

A quantificação da natureza parte de ideias neoliberais que não existem valores intrínsecos, somente a manifestação de uma interação entre um sujeito dotado de preferências individuais e um objeto. Os valores monetários atribuídos seguem o raciocínio da Disponibilidade para Pagar (WTP-Willingness to Pay) e da Disponibilidade para Aceitar Compensação (WTA-Willingness to Accept Compensation). Portanto, a natureza vale por aquilo que é capaz de oferecer ao homem.

Uma profunda discussão tem sido realizada sobre a validade de aplicar tais designações aos “objetos naturais”, para ambientalistas e estudiosos do meio ambiente, quantificar a biodiversidade é inconcebível, por não existir ética em permitir que vidas e elementos insubstituíveis para o planeta sejam trocados por dinheiro. Contudo, para outra classe de estudiosos, isto poderá auxiliar a preservação ambiental, visto que, pode atuar como limitante na degradação e extração dos recursos, por inserir a natureza no fluxo econômico, única maneira de tornar visível, para os capitalistas, a importância da biosfera.

O conceito parte do reconhecimento que o responsável por gerenciar os recursos que fornecem os serviços ecossistêmicos geralmente não é compensado, e por isso, não existe motivação econômica para a conservação e valorização destes. No passado as soluções para este problema percorreram dois caminhos, o da regulação, tentava impor escolhas particulares escolhas e comportamentos, mas

mostrou muito custosa e difícil de implementação; e as medidas de restauração, para reparar os danos causados pela péssima gestão dos recursos, mas também se demonstrou cara e trabalhosa para o governo. Ambas demandavam muitos recursos e integração de diversos domínios públicos, visto que a lógica a se seguir é a do mercado, diversas barreiras foram impostas para as duas alternativas.

Os princípios de poluidor-pagador ou compensação ambiental) surgiu com o propósito de resolver as questões ambientais, contudo se mostraram métodos ineficazes, visto que, a percepção do ato que gera a degradação é limitada ao pagamento dos danos causados, mesmo se não houver formas de remediá-los não sendo necessário entender os impactos, que podem ser irreversíveis, nos ecossistemas, mas entender que o lucro não produzido pela perda de recursos é estabelecido e merece ser pago. Consequentemente, ser sustentável sempre custa mais, pois o custo pelos danos é comum, enquanto o lucro empresarial é das classes dominantes. O problema está no fato de não pensar em métodos que não causariam impactos ao ambiente porque a solução mais fácil e mais viável é o pagamento pelos danos causados. O pagamento por serviços ambientais nada mais é do que as empresas pagarem para manter o ecossistema fazendo o seu trabalho.

O novo mercado “ambiental” permite atribuir valores a toda a biodiversidade, o que inclui o pagamento por serviços ambientais e biodiversidade, o mercado de carbono, por um ângulo um pouco ambiente diferente, o pagamento e compensação por danos ambientais, e diversos outros itens. Criado para introduzir novos produtos para o capital, sua lógica admite e impõe a objetificação do tangível e do intangível, o natural e o artificial, isto é, transforma tudo e todos em mercadoria, desde o capital natural ao capital humano, aplica-se um valor de troca aos seres humanos, em seu trabalho e na natureza. O capital percorre o globo inteiro para colocar etiquetas de preço em tudo o que achar útil, tal etiqueta definirá o destino da natureza. Algo que não poderia nem deveria ser mensurado segundo um valor monetário, é obrigado a adquirir uma face monetária, pois apenas em valores econômicos podem receber alguma relevância.

O mercado ambiental surge com a necessidade de o capital penetrar em esferas de atividade ainda não exploradas, e para incitar a absorção de produtos, cria uma nova demanda efetiva. Este ciclo se estabelece por meio da reorganização de formas preexistentes de ofícios ao longo de linhas capitalistas, a criação de ocupações, diversificação da divisão de trabalho, a cotação do meio ambiente e,

principalmente, a criação de desejos e necessidades. A utilização recorrente da expressão “ecológico” por inúmeras empresas, em suas propagandas e mercadorias, reproduzem o ideal de sustentabilidade, e demonstra a reorganização dos produtos com uma base ambientalista. A criação constante de desejos e necessidades suscita o desenvolvendo de novas linhas de produtos e a remodelagem do padrão de consumo, tornando-o racional em relação ao processo de acumulação. Está iniciada a era de produtos “ecológicos”, de chaveiros a carros, mas que continuam poluindo, continuam fazendo parte de um mercado ditatorial de do consumo. Incitam que são ecologicamente corretos, quando nem mesmo sabem o que é ecologia. Que pintam um quadro dizendo que se importam com a natureza, quando só se importam com a própria produção e acumulação de capital.

A demanda efetiva por produtos tem crescido exponencialmente, como exemplo, no Brasil hoje, a classe trabalhadora possui um poder aquisitivo maior devido ao acesso ao crédito e o financiamento.

No neoliberalismo o valor das mercadorias, sejam elas de qualquer natureza, está vinculado, não a suas características físicas, mas em termos das opiniões dos agentes econômicos sobre elas. Está também vinculado escassez de matéria-prima no meio ambiente.

5 OS PENSAMENTOS ECOLÓGICOS E COMUNIDADE

Existem diversas correntes de pensamento que discutem o melhor método para sanar a deterioração da biosfera. Para os pensadores da Ecologia Profunda todos os seres vivos possuem um valor intrínseco não utilitarista, e os humanos não têm o direito de deteriorar a biodiversidade, com exceção da retirada de materiais para satisfazer necessidades vitais, pois as intervenções antrópicas são excessivas. Nesta ótica, a natureza deve ser preservada por si mesma, excluindo a interferência humana; e as estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e ideológicas precisam ser alteradas com o intuito de preservar o que ainda resiste da natureza. A linha da Ecologia Transcendental vai um pouco além ao admitir que existem direitos próprios do ambiente, e que, princípios éticos aplicam-se na relação homem-natureza. Contudo, ambas as ideologias são extremamente criticadas por não refletirem as bases sociais dos problemas ambientais.

Um segundo grupo, a Ecologia Social, acredita que a lógica dos imperativos do capitalismo está diretamente relacionada a destruição do ambiente natural. A acumulação capitalista é o motor da ruína do planeta. Os seres humanos são capazes de constituir uma sociedade, ou seja, são seres sociais diferenciados, estruturados por grupos diversificados (ricos x pobres). A sua visão de sociedade é aquela democrática e comunal, fundamentada nas sociedades primitivas.

Por último o Ecosocialismo ou Eco-marxismo firma-se nas ideias de Marx sobre o capital. Alguns se baseiam na certeza que a natureza é estática, e por isto, esta só pode se realizar pelo exercício do trabalho humano e sua ação transformadora. Assim, o mundo natural pode tomar a forma de objeto de consumo ou meio de produção. Outros destacam a relação da infraestrutura definida como a união das forças produtivas históricas, das relações sociais de produção e das forças produtivas naturais, ou seja, os processos ecológicos, estes, impossibilitados de se realizarem dificultariam a reprodução da sociedade capitalista.

A crise ambiental pode ser resolvida, segundo os capitalistas, pela utilização de tecnologias verdes, em suas visões a problemática são os limites físicos da natureza; para pensadores naturalistas e preservacionistas a solução é dada pela modificação de políticas que visem a preservação por meio da natureza intocada, havendo uma aversão pelas sociedades; os ecologistas socialistas veem o fim das contradições sociais como solução de todos os problemas, tanto sociais como

ambientais. Os ecossocialistas apresentam, além do fim dos impasses sociais, deve-se afirmar uma nova relação entre a natureza e o homem.

Por existir uma interdependência entre a natureza e sociedade, as relações sociais são fruto da forma como nos apropriamos da natureza, ao mesmo tempo que o modo que as relações internas da sociedade contribuem para a forma que modificamos o meio ambiente.

Reeducar os seres humanos sobre o seu papel na natureza, e tirá-lo do espetáculo que vive constantemente, modificando o sistema de vida de hiperconsumo, são medidas obrigatórias, que podem anteceder, pospor-se ou até mesmo serem concomitantes com a eliminação das contradições sociais. Necessita-se compreender o modo de produção e a dinâmica de consumo, para que se possa entender que a interferência nos ciclos ecológicos é diretamente determinada pelo conjunto de seres imersos em um sistema capitalista, pois é a coletividade e não o indivíduo que confronta o ambiente natural. A sociedade é parte e criação da natureza (DIEGUES, 2001).

5.1 Harmonia com a Natureza: Algumas Alternativas para a Comunidade

A remodelação dos padrões de consumo e dos modelos de vida pode ser realizada ao longo de um processo de emancipação dos seres humanos em relação a ordem de consumo, independente da sua imersão nas condições socioeconômicas estabelecidas. Alguns exercícios inspirados na filosofia da “simplicidade voluntária” permitiriam a estimulação de mudanças gradativas do estilo de vida da sociedade de consumo, com menor exigência de transformações estruturais e políticas, mas que permitam mudanças nas formas de organização social. Os três níveis de ação a serem praticados são:

1. “Promover mudanças de comportamento visando à eliminação de atitudes descuidadas e usos perdulários de recursos;
2. Readaptar o “aparelho de consumo”, por meio de melhorias do desenvolvimento e no rendimento de carros e utensílios domésticos, e instaurando, para tanto, as medidas reguladoras correspondentes;
3. Explorar padrões de consumo equivalentes ou quase-equivalentes, que proporcionem aproximadamente os mesmos valores de uso e a

mesma satisfação, assemelhando-se no que se diz respeito aos estilos de vida, mas diferindo em termos de uso de recursos e impactos ambientais. O problema das substituições, no nível da demanda, tem sido persistente negligenciado nas pesquisas e nas práticas de planejamento, entre outras razões porque a economia neoclássica fecha-se numa petição de princípios ao postular a chamada soberania do consumidor, enquanto a escola marxista, por seu turno, atribui uma importância excessiva à teoria da produção. Os meios de transporte oferecem uma boa ilustração dos diferentes, embora inter-relacionados, níveis de mudança potencial nos padrões de consumo. Por um lado, as pessoas podem decidir-se pela redução voluntária de sua mobilidade, como parte de um estilo de vida diferente. Está é uma suposição de peso. Por outro lado, elas podem desejar continuar usufruindo do padrão de mobilidade atual, mas aprendendo a cuidar melhor de seus carros, a reduzir a velocidade e dirigir de maneira mais cuidadosa (ou seja, comportando-se de maneira mais responsável). Melhorias no desenho dos carros podem gerar uma economia adicional de energia e uma redução de emissões de poluentes. Finalmente, as pessoas podem começar a experimentar maneiras alternativas de se deslocar de um lugar a outro, dando preferência a caminhadas ou ao uso de bicicletas, em vez de transportes públicos, ou a transportes públicos ao invés de carros particulares, sempre que a opção mais ecológica não resulte em grandes perdas de tempo ou maiores desconfortos. É claro que, para isso, devemos dispor de liberdade de escolha, isto é, devem existir sistemas alternativos de transporte. As experiências italiana e holandesa mostraram de que maneira podem ser obtidos os resultados positivos mediante um planejamento urbano imaginativo e de base comunitária.” (SACHS, 2007, p. 139).

Outra abordagem é o emprego da filosofia dos “Rs”, que pretende, assim como a anterior, rever as práticas da sociedade de hiperconsumo, minimizando os impactos ambientais causados pelas cidades urbano-industriais:

- Repensar as necessidades reais;
- Reciclar os resíduos;

- Reutilizar e reaproveitar produtos ou embalagens;
- Reduzir o consumo;
- Recusar produtos que agredam o meio ambiente
- Recuperar os ecossistemas degradados:

E, principalmente *reinventar* um novo estilo de viver, consumir, produzir, transportar, armazenar. A conscientização da população sobre seu lugar na natureza é necessária para efetuarmos a *práxis* da sustentabilidade. O pensamento de transformar deve acompanhar a própria transformação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na lógica das discussões da conferência RIO+20, a expansão constante da economia atual e o desenvolvimento de tecnologias aparecem como salvadores da população humana, pois conduziriam a anulação das perdas gerados no processo de produção capitalista. Acreditar que desenvolvimento e crescimento significam o incremento na produtividade das terras em grande escala, aumento da urbanização, aumento da abundância de produtos para consumo, expansão de indústrias e acréscimo da demanda efetiva de produtos, é o maior erro cometido pelos chefes de Estado e Governo. Estes processos geram efeitos colaterais deletérios, aprofundam as desigualdades sociais e a depredação ambiental, pois, o progresso é a maneira que a burguesia exerce sua dominação da natureza e dos outros homens.

Seja qual for a quantidade bens ou de riqueza disponível, na reprodução do sistema capitalista, existirá sempre um excedente e uma penúria. A organização da sociedade capitalista assenta a diferenciação, a discriminação social e distribuição desigual das riquezas. As impossibilidades de obter um desenvolvimento sustentável, real, em um sistema capitalista neoliberal se traduzem no fato que é ele e por ele que todos os males sociais e ambientais são criados.

O pensamento que prevalece é que os seres humanos são soberanos e, por uma ordem *divina ou racional*, possuem total direito sobre a Terra e seus recursos, sendo necessária a gestão destes apenas para sua sobrevivência. Esta alegação encontra-se ocultada na definição de desenvolvimento sustentável, pois ele foi elaborado para que se possa garantir o bem-estar apenas das futuras gerações humanas. Gerenciar os recursos de uma forma “sustentável” se traduz, outra vez, na dominação do homem pela natureza, em busca dos seus desejos.

Não se pode atender às necessidades humanas reais, como alimentação e saúde, e, ao mesmo, satisfazer todas as ambições humanas, isto é insustentável. Necessitar-se-ia explorar intensivamente o capital natural e humano em um curto período, impedindo a natureza de se regenerar e produzindo a desigualdade social. Não se pode continuar a desenvolver mais meios de produção que aprofundem a exploração do ambiente natural.

Apenas uma sociedade que se fundamenta na livre associação de produtores poderá transmutar a economia do presente para uma economia social. Reorganizar a vida cotidiana para uma vida mais sustentável seria um dos primeiros passos para

acarretar o decréscimo da acumulação capitalista. As relações de poder e dominação precisam ser superadas por meio de mudança estrutural da sociedade. Os indivíduos que integram a natureza têm a obrigação de protegê-la, não porque isso permitiria a sobrevivência humana, mas porque os mesmos não possuem nenhum direito intrínseco sobre ela:

“Os fatos nos lembram a todo instante que nós não reinamos sobre a natureza do mesmo modo que um colonizador reina sobre um povo estrangeiro, como alguém que está fora da natureza, mas que nós lhe pertencemos com nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que nós estamos em seu seio e que toda a nossa dominação sobre ela reside na vantagem que levamos sobre o conjunto das outras criaturas por conhecer suas leis e por podermos nos servir dela judiciosamente”.

Friedrich Engels

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. C.; Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (14): 1-31, ago. -dez, 2008.

ANDRIOLI, A. I.; A atualidade de Marx para o debate ambiental. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf. Acesso em: 19/08/2012.

ARON, R.; As Etapas do Pensamento Sociológico. **Ed Dom Quixote**, 8 edição, Capítulo Karl Marx (p. 139-215), 538 p., 2007.

BAUDRILLARD, J.; A sociedade de consumo. Tradução de Artur Morão. **Elfos, Lisboa: Edições 70**, Rio de Janeiro, 213 p., 1995.

BAUMAN, Z.; Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros, **Ed. Jorge Zahar**, Rio de Janeiro, Capítulos 1 - 3, 199 p., 2008.

BOFF, L., Sustentabilidade: tentativa de definição. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>. Acesso em: 20/11/2012.

BOFF, L., Insuficiências conceituais da Rio+20. Disponível em: http://envolverde.com.br/sociedade/artigo-sociedade/insuficienciasconceituais-da-rio20/utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04. Acesso em: 20/11/2012.

CAVALCANTI, C.; Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Rev. Estudos Avançados** 24 (68), 2010.

CHAUÍ, M.; O QUE É IDEOLOGIA. Revisor: José E. Andrade, Data da Digitalização: 2004, Data Publicação Original: 1980. Disponível em: <http://www.nhu.ufms.br/Bioetica/Textos/Livros/O%20QUE%20%C3%89%20IDEOLOGIA%20-Marilena%20Chaui.pdf>. Acesso em: 13/10/2014

COSTA, J. F.; O vestígio e a Aura. Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo. **Garamond**, Rio de Janeiro, Capítulo 1 e 2, 242 p., 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.; Nosso Futuro Comum. **Editora da Fundação Getúlio Vargas**, 2ª Ed, Rio de Janeiro, 430 p., 1991.

CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (orgs.); Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício. **Editora da UNESP**, São Paulo, 154 p., 2007.

DA SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G.; Reflexões sobre o desenvolvimento

sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. **Vozes**, Petrópolis/RJ, 196 p., 2005.

DEBORD, G.; A Sociedade do Espetáculo. Editorações, tradução do prefácio e versão para eBook: eBooksBrasil.com, digitalização da edição em pdf originária de www.geocities.com/projetoperiferia, 2003.

DIEGUES, A. C. S.; O Mito da Natureza Intocada. **Hucitec**, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Unidas Brasileiras, USP, 3 Ed., São Paul, 169 p., 2001.

FEATHERSTONE, M.; Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. Tradução: Julio Assis Simões, **Studio Nobel**, São Paulo, 223 p., 1995.

FOLADORI, G.; Limites do desenvolvimento sustentável. Tradução: Marise Manoel, **Ed. da UNICAMP**, Campinas, 221 p., 2001.

HARVEY, D.; A Condição Pós-Moderno: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, **Loyola**, São Paulo, Capítulos 15 - 18, 349 p., 1994.

HARVEY, D.; A Produção Capitalista do Espaço. Tradução: Carlos Szlak, **Annablume**, São Paulo, 252 p., 2006.

LA CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, Resolución Aprobada por la Asamblea General, julho de 2012.

LIPOVETSKY, G.; A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução: Maria Lucia Machado, **Companhia das Letras**, São Paulo, Capítulos 1, 3 e 6, 402 p., 2007.

LOYOLA, R.; A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica. **Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, São Paulo/ SP, 1997.

MARTINE, G. (org.); Populações, Meio Ambiente, e Desenvolvimento - Verdade e Contradições. **Ed. da UNICAMP**, Campinas, Capítulo 1 e 2, 207 p., 1996.

MARX, K. H.; Para a crítica da economia política; Do Capital, O rendimento e suas fontes. Tradução: Edgard Giannotti, **Nova Cultura**, São Paulo, 256 p., 1999.

MARX, K. H., ENGELS, F.; O Manifesto Comunista. Versão para eBook, fonte digital Rocket Edition de 1999 a partir de html em www.jahr.org, edição eletrônica: **Ed. Ridendo Castig Mores**, 68 p., 1999.

MUSU, I.; Introduzione all'Economia dell'Ambiente, **Il Mulino**, Bologna, 2 Ed., 233 p., 2003.

OLIVEIRA, L. D. de; A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**, Ano II, nº02, p. 41 - 46, Julho / Dezembro 2005.

RIFKIN, J.; O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. **Ed. Makron Books**, São Paulo, Capítulos 1 - 4, 348p., 1996.

SACHS, I.; Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento, Paulo Freire Vieira (org.), **Cortez**, São Paulo, 472 p., 2007.

SOUZA-LIMA, J. E. de; Economia ambiental, ecológica e marxista *versus* recursos naturais. **Rev. FAE**, Curitiba, v.7, n.1, p.119-127, jan./jun. 2004.